

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

(Do Sr. Arnaldo Jardim)

Solicita a realização de Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia, com o objetivo de discutir a Proposta de Política Nacional para o Gás Natural no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública, para discutir a Proposta de Política Nacional para o Gás Natural no Brasil apresentada pelo Fórum das Associações Empresariais Pró-Desenvolvimento do Mercado de Gás Natural à Frente Parlamentar Mista Pró-Gás Natural, com a participação dos seguintes convidados:

1. Sr.. Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia;
2. Sr. José Alcides Santoro Martins, diretor de gás e energia da Petrobrás;
3. Sr. Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética - EPE;
4. Sr. Reginaldo Almeida de Medeiros – presidente executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel) representando o Fórum das Associações Empresariais Pró-Desenvolvimento do Mercado de Gás Natural;
5. Sr. Marco Antônio Martins Almeida – secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia;
6. Sr. Magda Chambriard, diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;
7. Sr. Luiz Carneiro, presidente executivo da OGX.
8. Sr. José Anibal, presidente do Fórum Nacional de Secretários de Estado para Assuntos de Energia.

JUSTIFICAÇÃO

O mundo está vivendo a idade de ouro do gás natural e a exploração e comercialização desse combustível começa a alterar o mapa econômico e geopolítico global da competitividade. O Brasil pode ser um dos beneficiados pelas mudanças em curso por estar listado entre os países de maior potencial de desenvolvimento de reservas de gás natural, tanto associado ao petróleo como reservas não associadas caracterizadas como não convencionais.

O gás natural é encontrado em abundância em diversas regiões do mundo. É considerado um combustível nobre pelo fato de emitir menos partículas de gás carbônico na atmosfera, em relação aos demais hidrocarbonetos combustíveis. É, portanto, considerado o combustível da transição para uma matriz energética mais “verde”, com uma maior participação das fontes energéticas renováveis.

Em diversos países do mundo, o gás natural tem recebido destaque como o mais importante combustível indutor de investimentos nas economias domésticas. Além disso, deve ser considerado como um forte instrumento de competitividade, principalmente para os países que detêm significativas reservas. Como exemplo, os EUA, que nos últimos anos promoveu uma importante revolução no desenvolvimento da atividade de exploração de gás não convencional, particularmente do “shale gas” ou gás de folhelho, dando ao energético status de elemento promotor de competitividade, geração de empregos e renda.

Além disso, dada a sua significativa disponibilidade em diversas regiões do mundo, cresce a sua importância geopolítica na medida em que cada vez mais os países buscam independência energética e competitividade. Reservas de gás natural e avanços tecnológicos representam a grande alternativa para países historicamente importadores líquidos de energéticos tornarem-se autossuficientes e desenvolvidos com base em políticas nacionais de promoção de competitividade e estímulo ao consumo doméstico.

Nos Estados Unidos, terminais que antes eram utilizados para importação de gás natural estão em processo de licenciamento para converterem as instalações para exportação. Há também a transformação de poços secos (somente gás) para poços de hidrocarbonetos leves associados ao gás. Tais hidrocarbonetos impulsionam as indústrias petroquímicas ao mesmo tempo em que aumentam a oferta de gás natural.

O Brasil precisa se posicionar nesse momento em que todas as projeções indicam um potencial muito grande da existência de gás natural em nosso território e na plataforma continental. O Estado brasileiro precisa de esforços no sentido de criar um ambiente regulatório que estimule investimentos na diversificação da oferta, promova a disponibilidade em grande escala e em níveis capazes de estimular a produção industrial e o investimento em sua expansão, gerando empregos, divisas e arrecadação para o País.

Nesse sentido, acreditamos que o Brasil necessite de uma agenda de desenvolvimento para o gás natural de forma a aumentar sua participação na matriz

energética nacional. O gás precisa ser compreendido como um importante instrumento de desenvolvimento socioeconômico e como um combustível essencial dentro dessa nova economia e promotor de políticas de competitividade para a indústria nacional.

Dessa maneira, encaminho o presente requerimento de audiência pública para discutir propostas concretas de agenda para o gás, para a apreciação dos senhores deputados.

Sala das Comissões, em 19 de março de 2013.

Deputado **Arnaldo Jardim**
PPS/SP